



**Recensão a *Subterranean Fanon.*
*An Underground Theory
of Radical Change,*
de Gavin Arnall**

Manuela Ribeiro Sanches

Práticas da História, n.º 12 (2021): 275-283

www.praticasdahistoria.pt

Gavin Arnall

*Subterranean Fanon. An Underground
Theory of Radical Change*

Nova Iorque: Columbia University Press, 2020, 304 pp.

Manuela Ribeiro Sanches*

Procurar títulos é tão desesperante como tentar recordar uma palavra esquecida de que, crê-se, tudo dependeria, se ela nos viesse à mente. Pois toda a obra, se não todo o pensamento fértil, permanece oculto a si mesmo; nunca é transparente a si mesmo. Mas o título procurado quer sempre extirpar o oculto. A obra recusa-o para se resguardar. Os bons títulos adequam-se de tal modo ao seu conteúdo que respeitam a sua ocultação; é contra isso que os intencionais atentam. Por isso, é muito mais fácil encontrar títulos para os trabalhos dos outros do que para os próprios.

Th. W. Adorno

O que desperta o título do presente volume no leitor interessado pelos estudos sobre Fanon? Neste caso, mais o “Fanon subterrâneo” do que a sua “teoria de mudança radical”. E o que oculta o título? A resposta a estas questões encontrá-la-á, espera-se, o leitor nas linhas que se seguem. Na primeira página, o texto cria no leitor mais uma expectativa, quando se menciona a publicação recente de textos inéditos ou dispersos de Fanon, nomeadamente, os seus escritos psiquiátricos¹, afirmando-se que estes poderão “inspirar um entendimento e uma apreciação novos do [seu] pensamento [...] como um todo”.

* Manuela Ribeiro Sanches (msanches@fcsb.unl.pt), IHC-NOVA-FCSH, Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Avenida de Berna, 26 C, 1069-061 Lisboa. Receção de revisão original / original review: 22-05-2021. Receção da versão revista / revised version: 27-05-2021. Aceitação / accepted: 28-05-2021.
1 Frantz Fanon, *Écrits sur l'aliénation et la liberté*, textos reunidos por Jean Khalfa e Robert Young (Paris: La Découverte, 2015).

É, pois, com estas expectativas que o leitor inicia a sua viagem por esta releitura das obras de Fanon, a que, depois de uma introdução dedicada aos “Dois Fanons” – não haverá, portanto, apenas o “subterrâneo” como o título anuncia – se segue a análise – por demais breve, em nosso entender – dos textos de teor psiquiátrico e de uma peça de teatro de juventude, *As mãos paralelas* (capítulo I). Posteriormente, abordam-se os escritos mais conhecidos, desde *Pele negra, máscaras brancas* (capítulo II) a *Os condenados da terra* (capítulos IV e V), passando por *Em defesa da revolução africana*, coletânea de textos publicados postumamente, bem como o notável *O ano V da revolução argelina* (capítulo III), estranhamente nunca traduzido em Portugal.

O presente volume é um exemplo de um interesse renovado pela obra de Fanon no campo académico, ao mesmo tempo que, um pouco por toda a parte – também, timidamente, em Portugal –, a evocação da sua obra tem vindo a manifestar-se tanto em contextos de ativismo antirracista como no campo editorial². Decisiva para novas leituras de Fanon foi, sem dúvida, a referida publicação dos seus escritos psiquiátricos e políticos, possibilitando, assim, uma imagem mais complexa de um autor que não se presta a leituras fáceis.

O volume de Arnall anuncia-se como uma tentativa de sublinhar a intersecção entre esses dois domínios, o político e o psiquiátrico, embora este tópico logo se esbata em favor do tema principal que, como se verá, o título não faz adivinhar. Pelo menos integralmente. Arnall começa por sublinhar, citando Achille Mbembe, o carácter “metamórfico” do pensamento fanoniano, para quem a mudança é “tanto um objeto quanto um objetivo”, para salientar o modo como “Fanon se dividiu internamente durante a sua vida” e como, “nas tensões frequentes, nas inconsistências e nos silêncios dos seus escritos, nas formulações paradoxais, inesperadas e em conflito que permeiam os seus livros e ensaios, ganha expressão uma corrente de pensamento explosivamente subterrâneo”³. O autor propõe, assim, “uma leitura próxima e sintomática” dos

2 Frantz Fanon, *Os condenados da terra* (Lisboa: Letra Livre, 2015) e Frantz Fanon, *Pele negra, máscaras brancas* (Lisboa: Letra Livre, 2017).

3 Gavin Arnall, *Subterranean Fanon. An Underground Theory of Radical Change* (Nova Iorque: Columbia University Press, 2020), 2.

textos a fim de dar a ver “dois Fanons”, ou seja, dois modos de pensamento: o dominante, predominantemente dialético, e aquele que Arnall designa de subterrâneo, em que a presença de Nietzsche é destacada.

Ao fazê-lo, pretende demarcar-se de outras leituras de Fanon que tendem a nivelar as tensões entre dois modos de pensar. Oferece, para o efeito, uma útil – e justificadamente seletiva – resenha da principal literatura surgida nos últimos decênios, salientando o modo como a leitura de Homi K. Bhabha foi determinante, na sua recusa da vertente dialética, a hegeliana, leitura retomada ou contestada por outros autores, que, não obstante as posições distintas, acabariam, segundo o autor, por não dar conta da tensão que habita a obra de Fanon. O presente volume sugere uma alternativa a estas abordagens exclusivistas, ao definir como seu objetivo um “viajar interdimensional”⁴ entre essas duas perspectivas. Arnall pretende trabalhar essas tensões, “inconsistências”, do pensamento de Fanon, lendo nelas um elemento inspirador para o nosso tempo e as suas incertezas.

Arnall recorre a uma concepção da dialética hegeliana, assaz convencional, evocando o célebre esquema triádico – presente, é certo, em Hegel, mas que a sua filosofia não esgota –, em que os elementos opostos não se anulam reciprocamente, antes dão lugar a algo novo, à famosa *Aufhebung*, dialética que o autor associa ao conceito de tradução. Exemplo desta associação é o modo como, em Fanon, o marxismo é alargado, “distendido”, ou seja, negado, mas também conservado, surgindo de forma transformada, o que permite que à questão da classe se tenha de acrescentar a da ‘raça’ que, na colónia, determina o poder económico⁵. Esse processo de tradução do marxismo é corroborado mediante outros exemplos, como aqueles que Arnall vai buscar a Lenine, Gramsci e Mariátegui, segundo os quais os princípios universalistas do marxismo teriam de ser adaptados a outros contextos, assim criando a possibilidade de dele fazer um conceito e uma prática efetivamente internacionalistas. É a partir desta articulação entre mudança,

4 Arnall, *Subterranean Fanon*, 32.

5 “Nas colónias, a infraestrutura económica também é uma superestrutura. A causa é consequência: é-se rico, porque branco, é-se branco, porque rico”. Frantz Fanon, “Les damnés de la terre”, em *Œuvres* (Paris: La Découverte, 2011 [1961]), 455.

dialética e tradução – invenção e tradição, poder-se-ia acrescentar – que Arnall irá pensar o conceito de universalidade em Fanon, que surge, também ele, como resultado de uma tradução traidora ou, citando Žižek, “fielmente infiel”. Assim, “as categorias e noções abstratamente universais do marxismo são canceladas e preservadas”⁶.

A segunda vertente, a subterrânea, equivaleria, segundo o autor, a uma recusa radical do passado, da tradição, à opção pela não-resolução das contradições, menos uma superação hegeliana do que uma transmutação radical de valores à sombra de Nietzsche, num apelo ao princípio da *tabula rasa*, à destruição radical, segundo o princípio da invenção, situando-se esta abordagem “além da contradição e da tradução”⁷. Contudo, esta não redundaria na recusa do universalismo, mas antes naquilo que o autor define, na senda de Althusser, como um “universalismo do vácuo”, “projeto teórico e político que romper[ia] com tudo o que existe e jamais existiu, evacuando e esvaziando – tornando ativamente vazios – todos os sistemas universalistas, a fim de criar o fundamento para aquilo que Fanon descreve como ‘a descoberta e a promoção de valores universalizantes’, valores que pertencem a um mundo por fazer totalmente diferente”⁸.

Ora, estes dois momentos que atravessam o pensamento de Fanon, que hesita entre a revolução superadora do passado, os processos de adaptação – tradução – cultural, e o apelo, seja a uma *tabula rasa*, seja à invenção, não têm de ser lidos como necessariamente incompatíveis, mas podem ser interpretados como partes de um processo dialético, se, neste, se sublinhar, não tanto o seu potencial elemento conservador, como o seu momento negativo, irreconciliável. Arnall ignora, assim – e, porventura, o seu althusserianismo explicá-lo-á –, os elementos disruptivos da dialética hegeliana que os seus herdeiros, de Marx a Lenine, ao Lukács de *História e consciência de classe* e, claro, Kojève, privilegiaram. Também Fanon, poder-se-ia acrescentar. Aqui, a dialética negativa de um Adorno poderia ter sido útil, dada a sua con-

6 Arnall, *Subterranean Fanon*, 14.

7 Arnall, *Subterranean Fanon*, 16.

8 Arnall, *Subterranean Fanon*, 16.

ceção heterodoxa, quer do hegelianismo, quer do marxismo, para quem as propostas nietzschianas também foram fundamentais, complicando e lendo essa herança face aos limites do socialismo real.

Pesem embora estas questões, bem como um certo esquematismo que, por vezes, perpassa o texto – e a que se voltará –, o livro tem, sem dúvida, diversos méritos. Trata-se de um estudo sério e aprofundado que salienta a relevância da leitura de Fanon para os nossos tempos, em que a prática da tradução para os contextos nossos contemporâneos tanto mais faz sentido. Com efeito, o autor, ao recorrer a um confronto rigoroso com as fontes, sem dogmatismos, enfatiza o modo como o apelo de Fanon a um universalismo concreto pode ser lido menos como uma reminiscência anacrônica de um programa terceiro-mundista – assente num humanismo ultrapassado e em messianismos requentados – do que como uma forma de abordar e questionar novas fronteiras e exclusões decorrentes de novas práticas de colonialismo e de *apartheid*. Dito de outro modo: Arnall recusa-se a seguir tendências hegemonicamente fáceis, chavões académicos, em que se tornou obrigatória a condenação – a-dialética – de quaisquer universais, sempre lidos como sintoma de doença senil do eurocentrismo, para os recuperar como exigência de um mundo menos dividido, mas não menos desigual.

Mencionou-se acima que, apesar destes méritos, a análise não se furta, por vezes, a algum esquematismo, não se podendo, por vezes, escapar à impressão de que a leitura atenta dos textos é sacrificada aos pressupostos que, finalmente, acabam por a orientar. É o caso – para citar apenas alguns exemplos, com o seu quê de aleatório ou idiossincrático – da leitura dos textos psiquiátricos ou de “Racismo e cultura”⁹, em que se dissecam os textos em busca do elemento dialético ou a-dialético, em detrimento de outras considerações que poderiam ser mais relevantes, como a de se considerar de um modo mais preciso os contextos históricos e sociais em que os textos foram escritos e a que

9 Note-se que, ao referir o I Encontro de Artistas e Escritores Negros, de 1956, em que Fanon apresentou esta comunicação, Arnall menciona que o escritor brasileiro Mário de Andrade, falecido em 1945, esteve presente. Trata-se de Mário Pinto de Andrade que aí se cruzou, pela primeira vez, com Fanon.

responderam. Com efeito, as importantes reflexões presentes em “Racismo e cultura”, no que respeita aos processos de adaptação cultural, à relação entre cultura e revolução nacional, ‘raça’ e cultura, não se deixam facilmente subsumir aos pressupostos teóricos, dada a variedade etnográfica de exemplos que Fanon inclui, inspirado na sua prática política e clínica.

Não obstante a análise aprofundada de *Pele negra, máscaras brancas* à luz do hegelianismo, nas suas tensões com os elementos subterrâneos, bem como a leitura atenta de *Os condenados da terra*, já a abordagem dos escritos políticos publicados em *Em defesa da revolução africana* – quase todos eles resultado de intervenções circunstanciais, ou seja, redigidos para o órgão oficial da Frente de Libertação Nacional da Argélia, *El Moudjahid*, e escritos, como a maior parte dos textos psiquiátricos, de forma colaborativa – não escapam igualmente a algum esquematismo. Pressente-se, mais uma vez, uma insistência excessiva nas teses de partida, o que leva à suspeita de, finalmente, se estar perante uma aplicação quase forçada aos textos, glosando-se, por vezes, de modo excessivo os textos, procedimento mais próprio de uma dissertação académica, que tudo quer justificar perante um júri, do que de um livro destinado ao público especializado.

Por outro lado, o leitor, instigado pela afirmação inicial sublinhando a importância dos escritos psiquiátricos para a releitura de Fanon, acaba por ter de se interrogar como é que estes, de facto, iluminam essa obra de forma renovada. Fica por aprofundar a relação entre o pensamento e a prática políticos de Fanon e a sua experiência psiquiátrica – desde a sua colaboração com François Tosquelles, em Saint-Alban, à quase fracassada introdução da psicoterapia institucional em Blida, na Argélia, até ao hospital de dia, já no exílio tunisino –, atividades sempre eminentemente políticas, sendo que, para Fanon, existe uma estreita relação entre as perturbações do foro mental e os contextos em que elas se manifestam ou que as propiciam; entre a prática psiquiátrica e instituições em que ela se exerce, nomeadamente, e sobretudo, na colónia. Estranha-se a ausência de referências a importantes textos como “O síndrome norte-africano” ou “Medicina e

colonialismo”, em que as relações entre medicina e colonialismo ou relação paciente e médico – colono ou ‘indígena’ – são analisadas, relações sempre sob o signo de uma desigualdade radical e de suspeita mútua, a reproduzir o maniqueísmo da sociedade colonial, surgindo, no caso do segundo texto, a revolução argelina como condição de possibilidade de libertação, mediante uma dialética superadora, que deveria dar origem a uma humanidade radicalmente nova, a um recomeço absoluto. Absoluto contrariado, porém, pelos traumas que a guerra provocara e que nenhum tempo revolucionário conseguiria curar nem redimir, como Fanon bem sabe evidenciar no importante, mas frequentemente esquecido, capítulo sobre “Guerra colonial e doenças mentais”, a que Arnall dá – sublinhe-se – o devido relevo, sem que o relacione, porém, de modo mais eficaz com os escritos de teor psiquiátrico.

Não cumprindo todas as expectativas que o título parece anunciar, revelando, mas também ocultando o seu conteúdo, o presente volume é, todavia, sem dúvida, um importante contributo para que não se rasure as contradições, as aporias – dito de forma menos dialética – que a obra de Fanon exhibe sem pudor, autor menos empenhado em interpretar o mundo com as ferramentas teóricas de que dispunha do que em combater não só a opressão política, mas também o sofrimento psíquico que a situação colonial, no seu maniqueísmo, criava. Mundo descrito como abstrato, segundo as premissas hegelianas, que Fanon bem conhecia, e não necessariamente como elemento subterrâneo que contrariaria a dialética¹⁰.

Liberta do peso dos textos e das teses de partida, a prosa de Arnall ganha, contudo, na conclusão, outro fôlego, quando reflete sobre o modo como as duas vertentes que analisa em Fanon poderão ser mobilizadas no contexto do ativismo na nossa contemporaneidade. “Poder-se-á pensar tradução e invenção como não sendo opostos?”, pergunta o autor. “Poderão as ferramentas do [opressor] ser traduzidas, por forma

10 Curiosamente, no título de Arnall, ecoa uma interessante intertextualidade com o livro de Jacques D’Hondt, *Hegel secret: recherches sur les sources cachées de la pensée de Hegel* (Paris: PUF, 1968), que tão importante foi para o artigo de Susan Buck-Morss, “Hegel and Haiti”, *Critical Inquiry* 26 (2000): 821-866.

a que não funcionem como ferramentas suas?”. “Poderão ser transformadas dialeticamente ou serão necessárias ferramentas completamente diferentes? Existirão já essas ferramentas, transmitidas através da tradição [...], ou será necessário inventar ferramentas inteiramente novas?”¹¹.

Segundo Arnall, Fanon oferece-nos os meios para “colocarmos estas questões e explorarmos diferentes respostas”. E, se inventar parece ser um imperativo, tal não equivale a que se rejeite todo o passado, nomeadamente, aquele que se inspira numa universalidade emancipadora¹², capaz de forjar alianças entre movimentos identitários díspares ou causas aparentemente irreconciliáveis.

Assim, uma pergunta insiste em pairar: até que ponto tradução e invenção, tradição e invenção, cultura e invenção deixam de ser antinomias, se as pensarmos dialeticamente? Questão complexa a que não se oferece, aqui, resposta definitiva, mas que a importante reflexão filosófica e política que este volume apresenta tem de suscitar. Se os títulos tanto devem revelar, como ocultar, um texto também tanto mais estimulante será quanto menos certezas oferecer, ao fornecer pistas para outras interrogações. Será este o fluxo, exigente, da dialética negativa?

11 Arnall, *Subterranean Fanon*, 206.

12 Arnall, *Subterranean Fanon*, 208.

BIBLIOGRAFIA

Arnall, Gavin. *Subterranean Fanon. An Underground Theory of Radical Change*. Nova Iorque: Columbia University Press, 2020.

Buck-Morss, Susan. "Hegel and Haiti". *Critical Inquiry* 26 (2000): 821-866.

Fanon, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Lisboa: Letra Livre, 2017.

Fanon, Frantz. *Écrits sur l'aliénation et la liberté*, textos reunidos por Jean Khalifa e Robert Young. Paris: La Découverte, 2015.

Fanon, Frantz. *Os condenados da terra*. Lisboa: Letra Livre, 2015.

Fanon, Frantz. "Les damnés de la terre". In *Œuvres*, 419-681. Paris: La Découverte, 2011 [1961].

Referência para citação:

Sanches, Manuela Ribeiro. "Recensão a *Subterranean Fanon. An Underground Theory of Radical Change* de Gavin Arnall". *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 12 (2021); 275-283.